



ENTREVISTA COM ECOLINGUISTAS

Rui Ramos (Universidade do Minho)

Breve apresentação

Rui Manuel Nascimento Lima Ramos, doutorado em Linguística, é professor do Instituto de Educação e pesquisador do Centro de Investigação em Estudos da Criança e do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, em Portugal. Desenvolve investigação em Linguística e em Ensino da língua. É autor de artigos, capítulos e livros; é editor-adjunto de uma revista científica de Linguística; e pertence a grupos de pesquisa no Brasil, inclusive o grupo em torno de *ECO-REBEL*. Tem experiência de trabalho em projetos de investigação relacionados com a língua e as crianças, e projetos de intervenção, especialmente em Timor-Leste e na Guiné-Bissau, relacionados com o ensino da língua e o sistema de ensino. Um dos seus objetos de análise tem sido o discurso acerca do ambiente, em diversos suportes, assunto sobre o qual publicou o livro *O discurso do ambiente na imprensa e na escola: uma abordagem linguística* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2009, 636 páginas), reelaboração de sua dissertação de doutoramento defendida na Universidade do Porto em 2006. Sobre sua produção em geral, ver, nomeadamente, Ramos (2009, 2011, 2012, 2015, 2017, 2017a), Ramos & Ramos (2011, 2012, 2013, 2014, 2015). Participou do I Encontro Brasileiro de Ecolinguística (IEBE, UnB, 2012), de que uma seleção de trabalhos foi publicada em *Cadernos de linguagem e sociedade* v. 14, n. 1, 203 (sua contribuição é “O rei de Espanha foi caçar elefantes: a construção discursiva do evento nos *media* portugueses”, p. 17-40). Em *ECO-REBEL* Rui Ramos publicou os seguintes artigos:

- 1) “O ambiente como argumento final na imprensa brasileira”, v. 1, n. 1, p. 125-139, 2015;
- 2) “Configurações de ciclos de vida na literatura para crianças: uma análise ecolinguística”, 3, n. 1, p. 41-72, 2017;
- 3) “O interdiscurso ambiental no discurso político contemporâneo em Portugal”, v. 3, n. 2, p. 69-84, 2017;
- 4) “Discursos sobre a pandemia: o discurso polémico para além do negacionismo”, v. 6, n. 3, 2020 (dedicado a discursos sobre o coronavírus), p. 37-55, 2020.

Coeditou com Elena Ortiz-Preuss, Elza Kioko N. N. do Couto o livro *Múltiplos olhares em linguística e linguística aplicada* (Campinas: Pontes, 2016), em que tem o capítulo “O interdiscurso ambiental no discurso político contemporâneo em Portugal” p. 55-74.

Nas Referências elencadas abaixo, temos mais informações sobre a produção de Rui Ramos.

Entrevista

-ECO-REBEL: Professor Rui, a ADE foi inicialmente chamada ‘Linguística Ecológica Crítica’, lembrando a Linguística Ecológica de que ela é parte e a Análise do Discurso Crítica de Fairclough. Logo esse nome foi substituído por ‘Análise do Discurso Ecológica’ (ADE). Uns dois anos depois, ela foi redenominada ‘Análise do Discurso Ecológico’ (ADE), por sugestão de Arran Stibbe. Você acha que essas mudanças de nome podem influir na sua receptividade pelo público acadêmico mesmo diante do fato de as mudanças terem sido apenas no nome, sem afetar o conteúdo? Por quê?

-Rui Ramos: Julgo que as mudanças de designação se orientam em sentido positivo. “Análise do Discurso Ecológico” torna visíveis alguns traços caracterizadores da abordagem, e torna claro que a abordagem é mais relevante do que o objeto de análise para a configuração desta ciência – sendo que fica também claro que a centralidade do objeto de análise reside no “discurso”.

-EC: A ADE surgiu contestando o fato de as análises do discurso tradicionais (francesa, inglesa etc.) partirem fundamentalmente de relações de poder e ideologia. Ela já foi criticada por esta postura, ou seja, por tentar se afirmar por oposição a outras. Será que estamos no caminho certo?

-RR: Tenho uma ligeira divergência de base face à afirmação de que parte essa pergunta. É obviamente verdade que a gênese da análise do discurso francesa e da análise crítica do discurso anglófono se liga a questões de poder e de ideologia, de dominação e de manipulação através da língua e dos discursos. Contudo, concepções e práticas modernas da AD ultrapassaram esse objetivo restrito inicial e são hoje mais livres do ponto de vista ideológico e metodológico. A ACD ainda parece manter-se relativamente próxima desse objetivo marcadamente ideológico, mas o mesmo não pode ser dito relativamente à AD. Assim, a ADE, nesse aspeto, não deve ser vista como uma reação ou oposição à AD. Do meu ponto de vista, o afastamento da ADE de objetivos políticos, em sentido restrito, constitui uma vantagem. Não creio que algum enfeudamento da ADE a um posicionamento político seja benéfico para a sua afirmação.

-EC: A ideologia subjacente às ADs tradicionais em geral é a marxista. Ou existem outras?

-RR: Como referi antes, hoje em dia muitos investigadores da área do discurso (estou usando essa designação abrangente de modo propositado) ultrapassaram os limites ideológicos que deram origem à AD e à ACD. Isso permite que as suas análises e as conclusões que delas podem retirar sejam mais credíveis e permitiu abrir consideravelmente o leque de objetos de análise a que se dedicam.

Se, sistematicamente, em cada manifestação discursiva de qualquer indivíduo, eu vejo manipulação, dominação e exercício de poder hegemónico, as minhas análises tenderão a esgotar-se rapidamente e os meus pares começarão a desconfiar que o meu olhar é enviesado. Poderá objetar-se dizendo que ninguém é “neutro”, que ninguém é a-ideológico, que todos nós vemos o mundo de um determinado ponto de vista. E isso é verdade. Ninguém pode subtrair-se à sua cultura, à sua experiência de vida, às línguas que domina e que colaboram decisivamente na configuração que cada um faz do mundo: os sentidos que atribuímos às coisas e aos seus estados.

Mas é possível, com honestidade intelectual, buscar a isenção e a objetividade possíveis, fundamentando a análise e as conclusões que dela decorrem na materialidade linguística e

nas relações que esta estabelece com outros códigos e com o contexto próximo ou alargado em que as trocas conversacionais ocorrem.

-EC: A ADE concorda com muitos princípios do marxismo, mas não pode aceitar pelo menos três: 1) conflito; 2) ditadura do proletariado; 3) antropocentrismo (humanismo). Não ser antropocêntrico significa necessariamente ser misantropo?

-RR: Concordo que é bem mais produtivo e sensato vermos a língua como interação (COUTO, 2015, 2018; SCHMALTZ NETO, 2019) do que como conflito. Esse é um ponto de partida muito interessante, que congrega diversos investigadores (ver, por exemplo, Fonseca 1992). Alwin Fill reafirmou-o na entrevista publicada nesta revista (2018).

Quanto à ditadura do proletariado, creio que se trata de um conceito que os próprios marxistas já terão posto de parte ou, pelo menos, reformulado. Aliás, na Europa parece já não haver “proletariado” para assumir o papel de ditador (pelo menos, certamente o proletariado do século XIX). Não sei se no Brasil ainda é possível identificar uma larga franja da população que se identifique com esta designação.

Finalmente, a questão do antropocentrismo: este é um tópico que me parece muito complexo. Voltando ao que afirmei acima, cada indivíduo só pode dar sentido às coisas e aos seus estados de um determinado ponto de vista. Nessa linha, não vejo como um ser humano pode escapar a uma visão antropocêntrica – nenhum de nós consegue dar sentido ao mundo como se fosse uma abelha, a haste de uma flor ou um ribeiro, se é que se pode falar nestes termos. Parece-me que há que (re)definir este conceito, ultrapassando a dicotomia antropocentrismo/ecocentrismo. Neste aspeto, a ADE pode ajudar a lançar sobre os nossos objetos de análise um olhar mais abrangente, em termos de sujeitos e de circunstâncias de espaço e de tempo. Voltando a evocar Alwin Fill, relembro uma afirmação sua: “most linguists would agree that making people aware of the anthropocentrism of language is important, they would not, however, want to impose any kind of censorship on language users. *Ecological language awareness* is the aim, not ‘ecocorrectness’!” (2002: 22).

-EC: Os princípios fundamentais da ADE são: 1) defesa incondicional da vida; 2) luta contra o sofrimento evitável. Deveria haver mais alguma coisa?

-RR: De novo, tenho de contestar os implícitos dessa questão.

Não tenho nada contra a defesa incondicional da vida e a luta contra o sofrimento evitável. Como cidadão, sou plenamente favorável aos princípios morais ou éticos e à ação política e social que se orientem nesse sentido.

Contudo, tenho dúvidas sobre o facto de, como investigador, ter de adotar um posicionamento filosófico ou ideológico marcado. Retomo uma afirmação de Alwin Fill citada acima, lembrando que o papel do investigador é, do meu ponto de vista, o de contribuir para a “ecological language awareness” (idem), como aquele investigador defende; ou seja, o papel social do investigador é o de mostrar ou desvelar os mecanismos pelos quais a língua e os discursos atuam na configuração do real, em articulação com outros códigos. Mas não é o de impor – ou mesmo sugerir, como Couto, Couto e Borges (2015) recomendam – uma ética e um comportamento.

Esta é uma posição de equilíbrio difícil, que não sei se consigo manter na minha atividade investigativa. Reconheço que outros investigadores assumem posições bem mais ativistas ou engajadas. Halliday apresentou em 1990 (publicada em 2001) uma conferência que constituiu um marco histórico do envolvimento dos linguistas na procura de soluções para os problemas ambientais; e muitos outros adotaram posicionamentos semelhantes. Num

artigo recentemente publicado na *ECO-REBEL*, Jacobs e Huat (2020) propuseram estratégias e atividades através das quais investigadores da área da linguística aplicada (onde eles, por economia de expressão, incluem diferentes áreas científicas) poderiam prestar uma contribuição relevante para a solução de problemas atuais e futuros da humanidade. Isso é, no mínimo, simpático. Também como exemplo, podemos voltar à entrevista que a *ECO-REBEL* publicou com Alwin Fill (2018), na qual o entrevistado evoca Fritjof Capra (2002) e a questão da promoção da ecoliteracia junto de crianças e jovens. Essas são questões claramente do âmbito da intervenção. Mas, em última análise, a validade científica do trabalho do investigador depende do posicionamento e dos objetivos que são adotados.

-EC: No caso de uma mulher que apanha todo dia do marido que chega bêbado em casa (e às vezes até a mata), a ADE a defende não por ser mulher, mas por ser um ser vivo que sofre. Esta postura é misantropa?

-RR: Concordo inteiramente que devemos, enquanto cidadãos, tomar posições corajosas de defesa das vítimas, procurando tornar o nosso mundo mais harmonioso. Se pudermos contribuir para a criação de relações harmônicas entre todos os seres (Couto, Couto e Borges, 2015), estaremos a construir um mundo melhor. Isso envolve evitar divisões tantas vezes artificiais entre pessoas com base no sexo, na etnia, na religião, no poder aquisitivo, etc. Contudo, de novo questiono que seja esse o papel do investigador, enquanto tal. Já expus a minha posição em respostas anteriores.

-EC: O infanticídio ainda praticado por alguns grupos étnicos tradicionais é defendido por alguns antropólogos em nome do respeito aos costumes locais. A ADE é contra, pois, para ela, a vida é o mais importante. Qual das duas posições é mais justificável?

-RR: Esse é um bom exemplo para mostrar que o investigador, enquanto tal, deve procurar a isenção e a neutralidade possíveis. Do meu ponto de vista, ao investigador é pedido que analise e descreva, não que julgue os comportamentos. O decisor político, o ativista, o animador sociocomunitário, o padre ou o juiz poderão intervir, impor condutas, questionar mentalidades e práticas. O cidadão comum fará, igualmente, os seus juízos de normalidade e de aceitabilidade das práticas culturais. Se todos estes indivíduos puderem contar com a análise e a descrição de tais práticas fornecidas pelo especialista, seja ele antropólogo ou de outro ramo da ciência, poderão entender e contextualizar melhor as coisas e seus estados e, assim, fazer os seus juízos de modo mais fundamentado, considerando variáveis diversas, a montante e a jusante dos problemas. O papel do investigador é o de fornecer os dados para que cada indivíduo faça o seu julgamento e as suas opções de modo informado.

-EC: A ADE é parte da Linguística Ecológica, com o que todos os conceitos da LE podem ser usados na ADE. Por esse motivo, alguns críticos alegaram que a ADE é desnecessária, pois tudo poderia ser feito diretamente pela LE. No entanto, como Márcio M. G. Silva (2020) mostrou, alguns conceitos da ADE são “invisíveis a olho nu” pela LE, portanto, é necessário aproximar o foco e visualizar conceitos microscópicos, como a defesa da vida e a luta contra o sofrimento. Você concorda com isso?

-RR: Como referi, acredito que o investigador deve buscar a máxima objetividade. Mas não ignoro, como também já referi, que nunca somos neutros. O olhar analítico colabora na construção do objeto. É com esse fundamento que concordo, em geral, com o que defende Silva (2020). Pelo que já expus, não alinho inteiramente com as suas ideias, não faria a análise que ele fez, mas parece-me aceitável que há aspetos da ADE que vão além do que a LE pode explicar.

O artigo de Silva (2020) fundamenta-se em diversas ideias defendidas por Couto, Couto e Borges (2015) e outros textos de Couto. Esse texto mostra claramente um posicionamento ideológico assumido, na esteira dos textos que o inspiraram. De todos eles, eu sublinharia a ideia de lançar sobre os objetos uma visão holística – sendo que o objeto, neste caso, é o discurso de Jair Bolsonaro em tempos de pandemia. Mas eu daria mais relevo à materialidade discursiva, como ponto de partida para tal análise.

-EC: Alguém disse que já existem modelos de análise do discurso demais no mercado, portanto, a ADE seria desnecessária. Será que ela não tem nada novo para mostrar?

-RR: Acabei de referir a visão holística. Esse conceito parece-me muito interessante e, como o entendo, é específico da ADE.

-EC: Agora, uma pergunta mais geral: alguns linguistas estruturalistas já asseveraram que as ADs em geral não são linguística, pois o que fazem é o mesmo que se faria em Literatura, em Sociologia ou em Filosofia. O que você tem a dizer sobre isso?

-RR: Uma vez, uma colega minha, linguista formal, disse-me que simpatizava muito com uma outra colega e amiga nossa, analista do discurso; mas que não considerava que o trabalho dessa nossa amiga fosse “linguística” – seria análise literária ou algo do gênero, mas linguística é que não. E esta posição retrata o modo de alguns linguistas formais olharem aqueles que inscrevem o seu interesse investigativo no paradigma da “linguística do uso/funcionamento do sistema” (Fonseca, 1994). Obviamente, não posso concordar com tal posicionamento. E posso até acrescentar que me parece que o trabalho em linguística formal, desligado do uso da língua e dos discursos, é razoavelmente árido e estéril. Trata-se de um posicionamento muito focalizado numa abstração da língua, estanquamente separado de outras dimensões que lhe não são alheias. A própria distinção entre “língua” e “discurso” dificilmente faz sentido, já que nada há no discurso que não esteja já previsto na estrutura profunda da língua, que tem na sua gênese uma “matriz dialogal” (Fonseca, 1992: 254).

-EC: Professor Rui, você tem mais alguma coisa a acrescentar que não foi contemplada nas perguntas anteriores? Sinta-se à vontade para complementar o que achar necessário.

-RR: Só gostaria de acrescentar que a minha discordância com alguns posicionamentos da ADE não significa que eu não lhe reconheça validade. A discordância e a discussão podem ser muito produtivas para o desenvolvimento e a consolidação das nossas ideias.

-EC: As fontes de inspiração da ADE são a Ecologia Profunda de Arne Naess, a filosofia de vida de Mahatma Gandhi, o Taoísmo, a Análise do Discurso Positiva de James Martin, além da visão ecológica de mundo (VEM). Você discorda de alguma delas, ou de todas? Ou acrescentaria alguma outra?

-RR: Há muitos aspetos positivos e louváveis que decorrem dessas fontes de inspiração, como uma ética cívica. E também como uma ética científica, no que se pode aplicar ao respeito do investigador pelas outras pessoas e por todos os seres com os quais todos partilhamos a nossa existência. Para a análise concreta dos nossos objetos de análise, eu prefiro procurar um posicionamento tão objetivo, descritivo e neutro quanto me for possível.

-EC: Muito obrigado, professor.

-RR: Sou eu que agradeço a oportunidade. É sempre um prazer refletir sobre estes assuntos e discuti-los com a comunidade de ecolinguistas.

Referência

SILVA, Márcio M. G. Coronavírus, ideologias e análise do discurso ecossistêmica. *ECO-REBEL* v. 6, n. 2, 2020, p. 90-106. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/32667/26622>

Referências do entrevistado

CAPRA, F. (2002). *A teia da vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix.

COUTO, H. (2015). Linguística Ecossistêmica. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)*, 1(1), pp. 47-81.

COUTO, H. (2018). Ecossistema cultural. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)*, 4(1), pp. 12-26.

COUTO, H.; COUTO, E.; Borges, L. (2015). *Análise do discurso ecológica – ADE*. São Paulo: Pontes Editores.

FILL, A. (2002). Tensional Arches: Language and Ecology. In: FILL, A.; PENZ, H.; TRAMPE, W. (eds.). *Colourful Green Ideas. Papers from the Conference '30 years of language and ecology' (Graz, 2000) and the Symposium 'Sprache und Ökologie' (Passau, 2001)*. Bern / Berlin / Bruxelles / Frankfurt am Main / New York / Oxford / Wien: Peter Lang, pp. 15-27.

FONSECA, J. (1992). *Linguística e Texto / Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Nice: Universidade de Nice.

FONSECA, J. (1994). *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*. Porto: Porto Editora.

HALLIDAY, M. A. K. (2001). New Ways of Meaning: The Challenge to Applied Linguistics. In: FILL, A.; MÜHLHÄUSLER, P. (eds.). *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*. London / New York: Continuum, pp. 175-202.

JACOBS, G. M.; HUAT, C. M. (2020) Pandemic possibilities for applied linguists' actions. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)*, 6(4), pp. 62-72.

Organizadores, O. (2018). Entrevista com Alwin Frank Fill. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)*, 4(2), 108-113.

RAMOS, A. M.; RAMOS, R. (2011). Ecoliteracy Through Imagery: A Close Reading of Two Wordless Picture Books. *Children's Literature in Education*, 42(4), pp. 325-339.

RAMOS, A. M.; RAMOS, R. (2012). Urban and rural landscapes in Portuguese picture story books: reification and perceptions. *AILIJ - Anuario de Investigación en Literatura Infantil y Juvenil*, 10, pp. 105-120.

RAMOS, A. M.; RAMOS, R. (2013). Ecoliteracia e literatura para a infância: quando a relação com o ambiente toma conta dos livros. *Solta Palavra*, 19, pp. 17-24.

RAMOS, R. (2009). *O discurso do ambiente na imprensa e na escola. Uma abordagem linguística*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia

- RAMOS, R. (2011). Contributos para a caracterização da retórica ambiental na imprensa generalista portuguesa. *Revista Galega de Filoloxia*, 12, pp. 155-176.
- RAMOS, R. (2012). Editoriais de edições especiais "verdes" na imprensa periódica portuguesa contemporânea. O caso da revista "Visão". *Caderno Seminal*, 18, pp. 186-200.
- RAMOS, R. (2015). O ambiente como argumento final na imprensa brasileira. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)*, 1(1), pp. 95-106.
- RAMOS, R. (2017). O interdiscurso ambiental no discurso político contemporâneo em Portugal. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)*, 3(2), pp. 69-84.
- RAMOS, R. (2017a). Configurações de ciclos de vida na literatura para crianças: uma análise ecolinguística. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)*, 3(1), pp. 36-68.
- RAMOS, R.; RAMOS, A. M. (2014). Cruce de lecturas y ecoalfabetización en libros pop-up para la infancia. *Ocnos. Revista de Estudios sobre Lectura*, 12, pp. 7-24.
- RAMOS, R.; RAMOS, A. M. (2015). Children's literature and the promotion of environmental ethics in Portugal. *Portuguese Studies*, 31(1), pp. 94-106.
- SCHMALTZ NETO, G. (2019). Para compreender o meio ambiente mental: anotações de um ecolinguista sobre o cérebro. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)*, 5(1), pp. 113-126.